



**ANAIS DO CONGRESSO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO
SOCIAL DA FACULDADE PROCESSUS**

Trâmite editorial:

Submetido: 24/06/2020

Aceito: 10/07/2020

ISSN: 2674-9912

Ano II, Vol.II, n.4, jun./dez., 2020

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.3948876>

Publicado: 16/06/2020

**BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
VOLTADAS A RESSOCIALIZAÇÃO DO MENOR INFRATOR**

*BRIEF CONSIDERATIONS ON THE EFFECTIVENESS OF PUBLIC POLICIES ON
THE RESOCIALITION OF THE MINOR INFRINGER*

*BREVES CONSIDERACIONES SOBRE LA EFICACIA DE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS
SOBRE LA RESOCIALIZACIÓN DEL INFRADOR MENOR*

Jorge Luiz Teixeira Junior¹
Jonas Rodrigo Gonçalves²

RESUMO

O tema desse artigo é a efetividade das Políticas Públicas voltadas a ressocialização do menor infrator. Investigou-se o seguinte problema: O que são políticas públicas? Quais são as políticas públicas aplicadas ao adolescente em conflito com a lei? As políticas públicas direcionadas ao jovem infrator estão alcançando a eficácia desejada?.

¹ Graduando(a) em Direito pela Faculdade Processus. E-mail: jorginho_luiz_688@hotmail.com

² Doutorando em Psicologia; Mestre em Ciência Política (Direitos Humanos e Políticas Públicas); Licenciado em Filosofia e Letras (Português e Inglês); Especialista em Direito Constitucional e Processo Constitucional, em Direito Administrativo, em Direito do Trabalho e Processo Trabalhista, entre outras especializações. Professor das faculdades Processus (DF), Unip (SP) e Facesa (GO). Escritor (autor de 61 livros didáticos/acadêmicos). Revisor. Editor. CV Lattes: ID Lattes: 9814321407104121 ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0022-9409>. E-mail: jonas.goncalves@institutoprocessus.com.br

Cogitou-se a seguinte hipótese “sabe-se que as medidas socioeducativas têm a finalidade de propiciar ao jovem infrator novas expectativas de vida, tornando o adolescente infrator um indivíduo capaz para relacionar socialmente com seus familiares e com a sociedade”. O objetivo geral é Analisar a efetividade das políticas públicas voltadas a ressocialização do menor infrator. Os objetivos específicos são “Conceituar o Estatuto da Criança e do Adolescente”. “Definir quais são as medidas socioeducativas aplicadas à ressocialização da Criança e do Adolescente”. “Analisar a eficiência das políticas públicas voltadas a ressocialização da Criança e do Adolescente”. Este trabalho é importante em uma perspectiva individual devido ao questionamento social sobre a eficiência dos programas sociais existentes que visam proteger, prevenir e ressocializar a população infanto-juvenil que estão em conflito com a lei. Para a ciência, é relevante pois existem estudos, pesquisas, metodologia que determinam a eficácia das medidas socioeducativas que são aplicadas as crianças e adolescentes. Agrega à sociedade pelo fato da criminalidade ser um dos problemas sociais mais graves que a população brasileira enfrenta atualmente e o envolvimento dos jovens cada vez mais novos, tem se tornado uma inquietação social. Trata-se de uma pesquisa qualitativa teórica com duração de seis meses.

Palavras-chave: Ressocialização. Criança. Adolescente. Jovem. Socioeducativas.

ABSTRACT

The theme of this article is the effectiveness of Public Policies aimed at re-socializing the minor offender. The following problem was investigated: What are public policies? What are the public policies applied to adolescents in conflict with the law? Public policies aimed at the young offender are achieving effectiveness desired ?. The following hypothesis was considered “it is known that socio-educational measures are intended to provide young offenders with new life expectations, making the offending adolescent an individual capable of socially relating to their family members and to society”. The general objective is to analyze the effectiveness of public policies aimed at re-socializing the minor offender. The specific objectives are "Conceptualize the Statute of Children and Adolescents". "Define what are the socio-educational measures applied to the re-socialization of Children and Adolescents". "Analyze the efficiency of public policies aimed at the re-socialization of Children and Adolescents". This work is important in an individual perspective due to the social questioning about the efficiency of the existing social programs that aim to protect, prevent and re-socialize the children and youth population that are in conflict with the law. For science, it is relevant because there are studies, research, methodology that determine the effectiveness of socio-educational measures that are applied to children and adolescents. It adds to society because criminality is one of the most serious social problems facing the Brazilian population today and the involvement of increasingly young people has become a social concern. This is a qualitative theoretical research lasting six months.

Keywords: Resocialization. Child. Adolescent. Youth. Socio-educational.

RESUMEN

El tema de este artículo es la efectividad de las Políticas Públicas destinadas a volver a

socializar al delincuente menor. Se investigó el siguiente problema: ¿Qué son las políticas públicas? ¿Cuáles son las políticas públicas aplicadas a los adolescentes en conflicto con la ley? Las políticas públicas dirigidas al joven delincuente están logrando efectividad deseado? Se consideró la siguiente hipótesis "se sabe que las medidas socioeducativas tienen por objeto proporcionar a los delincuentes juveniles nuevas expectativas de vida, haciendo del adolescente infractor un individuo capaz de relacionarse socialmente con sus familiares y la sociedad". El objetivo general es analizar la efectividad de las políticas públicas destinadas a re-socializar al delincuente menor. Los objetivos específicos son "Conceptualizar el Estatuto de Niños, Niñas y Adolescentes". "Definir cuáles son las medidas socioeducativas aplicadas a la resocialización de niños, niñas y adolescentes". "Analizar la eficiencia de las políticas públicas destinadas a la resocialización de niños, niñas y adolescentes". Este trabajo es importante desde una perspectiva individual debido al cuestionamiento social sobre la eficiencia de los programas sociales existentes que tienen como objetivo proteger, prevenir y resocializar a la población infantil y juvenil que está en conflicto con la ley. Para la ciencia, es relevante porque existen estudios, investigaciones, metodologías que determinan la efectividad de las medidas socioeducativas que se aplican a niños y adolescentes. Se suma a la sociedad porque la criminalidad es uno de los problemas sociales más serios que enfrenta la población brasileña en la actualidad y la participación de cada vez más jóvenes se ha convertido en una preocupación social. Esta es una investigación teórica cualitativa que dura seis meses.

Palabras clave: Resocialización. Niño. Adolescente. Juventud. Socioeducativo.

INTRODUÇÃO

Nesse Artigo de revisão de literatura abordaremos o efetivo resultado das políticas públicas aplicadas as crianças e aos adolescentes em conflito com a lei. O enfoque será no adolescente, haja vista que o menor de 12 anos mesmo cometendo ato análogo a crime não se submete as medidas socioeducativas, mas apenas as medidas protetivas, por mais grave que seja sua conduta.

Em se tratando de criança e adolescente, a doutrina de proteção integral é considerada o avanço histórico mais significativo. Com a CF/88 os menores encontraram a efetiva proteção do Estado e com isso começaram a ser tratados, em sua integralidade, como sujeitos de direito (MACIEL, 2010, p 943).

O artigo responderá aos seguintes problemas: quais são as políticas públicas destinadas ao menor infrator? Essas políticas estão tendo a eficácia esperada? O presente estudo tem como objetivo analisar quais são as políticas de ressocialização da criança e do adolescente e se estão tendo a eficácia que se esperam delas.

Os centros de ressocialização tem por característica sua estrutura física. Cada unidade tem capacidade para 210 presos, divididos entre os que aguardam julgamento e os que já cumprem a pena privativa de liberdade em regime fechado ou semiaberto. Os centros por sua vez permitem o acompanhamento do reeducando em todas as fases da pena e a observação da evolução do mesmo em seu processo de preparação para a liberdade. Outra característica

é que os reeducandos são conhecidos por seus nomes e não por seus números de matrícula, sendo assim possível o acompanhamento individual e personalíssimo de cada um (PIRES, 2007).

A hipótese levanta frente ao problema em questão foi que as medidas socioeducativas têm a finalidade de proporcionar ao jovem infrator novas expectativas de vida, tonando o adolescente um indivíduo capaz para relacionar socialmente com sua família e a comunidade.

As medidas socioeducativas tem como objetivo a recuperação e a ressocialização da criança e do adolescente perante a sociedade, para que o mesmo esteja apto ao convívio social.

A sociedade possui uma grande importância na ressocialização da criança e do adolescente infrator, independente do regime de cumprimento da pena que este venha a cumprir. Sua responsabilidade vai além da social, tendo com missão oferecer alternativas para acolher o reeducando na sociedade (OLIVEIRA, 2018).

O Objetivo Geral deste trabalho definirá quais são as medidas socioeducativas aplicadas à ressocialização da Criança e do Adolescente e a efetividade das políticas públicas voltadas a ressocialização do menor infrator. Verificar se o Estado, por meio de políticas públicas, impõe na prática meios governamentais para a recuperação social do adolescente, buscando como finalidade maior sua ressocialização.

De maneira sucinta, medidas socioeducativas são as respostas aplicadas aos menores autores de atos infracionais, são destinadas aos jovens em situação de risco, e visam encontrar um meio de recuperação diante de sua condição e necessidade. São apuradas após o devido processo legal, cujo objetivo não é a punição, mas a efetivação de meios para reeducar a criança e o adolescente em conflito com a lei (MELLO, 2017).

Os objetivos específicos desse trabalho conceituará o Estatuto da Criança e do Adolescente. Definirá quais são as medidas socioeducativas aplicadas à ressocialização da Criança e do Adolescente.

Analisará a eficiência das políticas públicas voltadas a ressocialização da Criança e do Adolescente.

As medidas socioeducativas são apuradas após processo legal, tendo como objetivo a efetivação de meio para reeducar a criança e o adolescente em conflito com a lei. Em suma, essas medidas socioeducativas são respostas aplicadas aos menores autores de atos infracionais, e visam encontrar um meio de recuperação diante sua condição e necessidade (MELLO, 2017).

A escolha desse tema tem como objetivo analisar a eficiência dos programas sociais que irão proteger, prevenir e ressocializar a população infanto-juvenil que estão em conflito com a lei. É cediço o aumento gritante de crianças e adolescentes envolvidas em crimes em todo país e sem políticas públicas eficientes, focadas em resolver o problema, esse número só irá aumentar.

É de suma importância a discussão e tentativa de solução desses problemas que são enfrentados por essa jovem população, falta de educação com qualidade, escassez de oportunidades, fácil acesso as drogas, ausência de estrutura, de prevenção, de proteção e de atendimento tanto das crianças e adolescentes quanto de suas respectivas famílias.

A criminalidade é um dos problemas sociais mais graves que a população brasileira enfrenta atualmente e o envolvimento dos jovens, cada vez mais novos, tem se tornado uma inquietação social. É de suma importância a discussão e tentativa de solução desses problemas que são enfrentados por essa jovem população, falta de educação com qualidade, escassez de oportunidades, fácil acesso as drogas, ausência

de estrutura, de prevenção, de proteção e de atendimento tanto das crianças e adolescentes quanto de suas respectivas famílias.

O tipo de pesquisa empregado na artigo de revisão é a pesquisa acadêmica e pesquisa teórica. O instrumento de pesquisa é a documentação indireta. O instrumental utilizado são artigos científicos. O tempo previsto tanto para aplicação do instrumental, como para leitura dos textos originais, bem como seleção dos trechos e paráfrases foram de 03 meses.

O método de pesquisa utilizada é a qualitativa e quantitativa. A metodologia escolhida nesse artigo de revisão de literatura, tem como respaldo no conhecimento científico, que é o conhecimento racional, sistemático, exato e verificável da realidade, ou seja, é bem objetivo. Tem origem nos procedimentos com base na metodologia científica. Em suma, se além aos fatos, é claro, busca e aplica as leis.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Primeiramente é importante entender que o Estatuto da criança e do adolescente tem uma aplicação restritiva, sendo destinada apenas para crianças (toda pessoa com até 12 anos de idade incompleto) e adolescentes (e toda pessoa entre 12 e 18 anos de idade).

Nesse trabalho estamos apenas analisando a parte do Estatuto que trata do menor infrator. Nesse sentido um dos objetivos do ECA é proporcionar a criança e ao adolescente cuidados especiais, pois ambos são indivíduos que se encontram em desenvolvimento físico e mental. Quando um menor pratica um ato infracional resultando em uma sanção privativa de liberdade, o intuito não é apenas castiga-lo, mas sim orientar para que ele possa ser reintegrado à sociedade de maneira convicta, buscando evitar sua reincidência. O objetivo da ressocialização é a humanização do detendo em sua passagem na instituição carcerária, o orientando para que possa se tornar um cidadão de bem e aprender com seus erros.

No entanto, é importante ressaltar que no Brasil na maioria dos casos a ressocialização do menor não cumpre sua finalidade, pois os infratores são discriminados e excluídos na sua reinserção na sociedade.

Considerando o elevado índice de reincidência dos condenados, cria-se um alerta para os meios aplicados ao cumprimento da pena e a ineficiência do sistema prisional em ressocializar o criminoso.

É necessário frisar, que na ressocialização além de um comportamento adequado à sociedade, o indivíduo tem que ter plena consciência de seus valores sociais que deverão guia-lo no decorrer de seu processo de ressocialização.

O objetivo da ressocialização não é reeducar o condenado para que seu comportamento seja polido conforme o poder judiciário deseja, mas sim promover sua reintegração na sociedade de forma que o indivíduo retome seu convívio social sem traumas, abalos ou perturbações, para que possa se desenvolver estavelmente.

Atualmente, o modelo penitenciário está longe de atingir a meta de recuperação do delinquente, tendo em vista que o cárcere constitui mero castigo, capaz apenas de neutralizar temporariamente o infrator.

Devido a precária estrutura dos presídios e suas superlotações, há dificuldade na inserção de práticas laborais e educacionais, assim como outros programas, que de fato dificulta a reeducação dos presos. É inquestionável que a sociedade em si, enxerga o reeducando como inapropriado para o convívio social, muitas vezes descreditando

na sua melhora, assim o exclui. Isso torna o programa de ressocialização uma variável que pode ou não ter efetividade.

É cediço que a sociedade possui uma grande importância na ressocialização da criança e do adolescente infrator, independente do regime de cumprimento da pena que este venha a cumprir. Sua responsabilidade vai além da social, tendo com missão oferecer alternativas para acolher o reeducando na sociedade. Registra-se que apenas a execução da medida estabelecida é insuficiente para que tenha a reinserção do adolescente que cometeu ato infracional em seu meio social, sendo imprescindível a ajuda da família, que o ideal seria que fosse minimamente estruturada, da sociedade, de uma educação apropriada, da inclusão no mercado de trabalho e de políticas públicas para prevenção e acolhimento.

Alguns fatores são de suma importância para a ressocialização, quais sejam a inclusão social do infrator e a educação realizada com compromisso e dedicação que trará ao menor infrator, além direcionamento para conquista de emprego, uma socialização com o próximo. Contudo, o que se analisa na realidade é que durante a execução da maioria das medidas, esbaramos na desorganização da estrutura física, na falta de preparação dos auxiliares no seu cumprimento e no desprezo do Estado em gerar políticas públicas, impossibilitando assim progressos ao futuro do menor infrator, dificultando que sigam uma vida digna, longe da criminalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo, foi abordado as medidas socioeducativas que são implementadas aos jovens infratores. A ressocialização da criança e do adolescente tem sido alvo de discussões sociais fundamentais para a sociedade. Aprendemos que nossa sociedade é primordial para a ressocialização dos jovens infratores, tendo ela impacto direto na aceitação do indivíduo em sua nova fase de vida. É seguro dizer que nossas políticas públicas de medidas socioeducativas são falhas, pois de fato não tenta recuperar os presos e sim detê-los por certo período de tempo com penas de privação de liberdade.

Para realização desse artigo optou-se pelo método bibliográfico de revisão de literatura. E a técnica utilizada foi à pesquisa bibliográfica e descritiva, realizada a partir de livros, artigos científicos, periódicos e demais fontes de consulta sobre a temática. Foi analisado o tratamento dado a criança e ao adolescente ao cometer um ilícito penal, com base nos princípios constitucionais e estabelecidos pelo ECA.

A pesquisa bibliográfica utilizada apresentou as opiniões dos autores que tratam a respeito do assunto, embasando assim o referencial teórico.

Inicialmente, foi analisado alguns dos aspectos mais relevantes para o estudo, como o conceito de criança e adolescente, sua responsabilização pela conduta ilícita e a efetividade das políticas públicas voltadas à ressocialização do menor infrator.

No decorrer do presente artigo científico, foi dado enfoque as políticas públicas que são implantados para as crianças aos adolescentes em conflito com a lei, o enfoque será no adolescente, haja vista que o menor de 12 anos mesmo cometendo ato análogo a crime não se submete as medidas socioeducativas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marina Stefani. A ideologia protagonista nas políticas públicas de jovens infratores. **Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP-Marília**. Volume 5, n. 5, 2010.

CELLA, Camila Franzen; TEDESCO, Anderson Luiz; MELLO, Maria Luiza. Reflexões teóricas acerca da efetividade das medidas socioeducativa. **Revista Jurídica FADEP Digital**. Volume I, n.1, 2017.

FAUSTINO, Eliana Ribeiro; PIRES, Sandra de Abreu. Os centros de ressocialização e o processo de trabalho do assistente social. **Revista Emancipação**. Volume 7, n. 1, 2007.

GONÇALVES, M. J. R. COMO ESCREVER UM ARTIGO DE REVISÃO DE LITERATURA. Revista JRG de Estudos Acadêmicos , v. 2, n. 5, p. 29-55, 15 ago. 2019.

RIBEIRO, José Roberto Ferreira; BRITO, Rafael Giordano Golçalves; OLIVEIRA, Tarsis Barreto. A ressocialização do apenado por meio da participação da sociedade: O trabalho como instrumento no processo de reintegração. **Revista Vertentes do Direito**. Volume 5, n. 1, 2018.

TERÁN, Augusto Fachin et al. Educação ambiental como meio de ressocialização de adolescentes no contexto socioeducativo. **Revista EA**. Ano XVIII, ISSN 1678-0701, n. 68, 2019.